

Em jantar, Lula busca senadores por acordo em vetos

Como gesto de aproximação com Senado, presidente promoveu encontro no Alvorada, com a participação de Pacheco, às vésperas de sessão do Congresso; Planalto tenta manter corte nas emendas, mas derrota é vista como certa nas 'saidinhas'

LAURIBERTO POMPEU
Senador por perfilho agitado em la-
mentar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se mostrou preocupado com a sessão do Congresso marcada para a quinta-feira da semana que vem, quando diversos vetos presidenciais correm o risco de serem derrubados pelos parlamentares. O petista promoveu um jantar na noite de anteontem no Palácio da Alvorada, que contou com a participação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de ministros e senadores.

O encontro foi dividido em duas partes. Na primeira participaram apenas Lula e Pacheco. Na segunda parte também estavam presentes os ministros Rui Costa (Casa Civil), Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública), Reitan Filho (Transportes) e os senadores Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo na Casa, Jorge Kajuru (PSB-GO), Leila Barros (PT-DF) e Hiran Gonçalves (PP-RR).

De acordo com relatos de pessoas que estavam na reunião, Lula questionou aos parlamentares presentes sobre o clima e o cenário para a sessão que vai analisar os vetos e demonstrou maior interesse em saber como se dará a votação que vai analisar a decisão do governo que cortou R\$ 5,6 bilhões em emendas e também no veto ao ponto central do projeto que restringe as 'saidinhas' dos presos.

O presidente pediu aos parlamentares que haja um acordo. Mesmo com as prováveis derrotas, integrantes da base avaliam que há disposição até em alisar a oposição para ouvir os argumentos do governo. O Planalto avançou com um acordo para derrubar parcialmente o veto e reter R\$ 3,6 bilhões do valor cortado, mas setores da oposição ainda desejam derrubar totalmente o veto. Sobre as 'saidinhas', a derrota é dada como certa.

Apesar da preocupação de Lula, participantes do encontro disseram que ele demonstrou esperança de que os líderes do governo no Congresso conseguirão chegar a um acordo com o Legislativo. Já Pacheco buscou minimizar as divergências em relação à sessão do Congresso.

Auxiliares de Lula aviam que a relação entre Legislativo e Executivo não é a mesma de gestões anteriores do PT. O entendimento é que a aprovação de projetos e propostas antes terminadas no veto presidencial, mas que o Congresso se empenhou e tornou comum a discordância com os vetos.

PONTOS DE PREOCUPAÇÃO
Antes da reunião ampliada, Pacheco falou de forma mais reservada com Lula e apresentou três pontos de preocupação na relação com o governo. Segundo interlocutores do senador, ele chamou atenção para a tentativa do Executivo de aumentar o imposto sobre a folha de pagamento na pre-



Aproximação. Lula se encontrou com Pacheco e parlamentares, entre os assuntos, o uso de vetos serem derrubados

feições, de fazer o mesmo com as empresas e também cobrou uma proposta em relação à negociação das dívidas com os estados. Além da preocupação com o ponto de vista fiscal, Pacheco ressaltou que há um componente político nesses temas e que isso precisa da atenção de Lula.

Aliaados de Pacheco dizem que ele aguarda uma decisão do governo sobre a negociação das dívidas desde o final do ano passado. O estado dosena-

dor do PSD, Minas Gerais, vive uma crise fiscal é um dos principais interessados no acordo com a União. Apesar das cobranças, Pacheco relatou a aliados que saiu da reunião com a impressão de que Lula trabalhará para resolver essas questões e avalia que há espaço para acordos.

No trecho da reunião em que participaram os ministros e mais parlamentares, os relatos deram conta de que a conversa foi mais amena, sem en-

trato do mercado de carbono, também foram conversadas.

No entendimento tanto de parlamentares, quanto de ministros, o encontro serviu para aproximar Planalto e Senado em meio ao acúmulo de vários desentendimentos nos últimos dias: foi um gesto de Lula a Pacheco. Na última terça-feira, por exemplo, o senador disse que o governo ter acionado o Supremo Tribunal Federal para barrar a desoneração com decisão liminar foi "um erro primário" e reclamou da falta de diálogo do governo.

ALÉM DAS LIDERANÇAS

O presidente também entrou mais no "varejo da política" e recebeu em sua residência parlamentares que não são líderes de bancada. Foi citado o fato de que Hiran Gonçalves nunca tinha participado de uma reunião com Lula e, por conta disso, usou a oportunidade para se apresentar. O senador de primeiro mandato conversou com o petista sobre amigos em comum na política de Roraima, como o ex-governador José de Achieta.

Em outro momento, Leila e Kajuru falaram sobre o programa de entrevista que têm na internet. Eles contaram que entrevistaram o ex-presidente José Sarney e pediram a ele para definir Lula como "Faz Sarney respondeu: "É um animal político". Ao ser questionado sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, Sarney disse que ele "nunca percebeu que o cargo era maior que ele".

ALGUNS TRECHOS QUE DEVEM SER AVALIADOS

'Saidinhas'



Lula vetou o ponto central do projeto alegando que proibir presos de saírem da cadeia para visitar a família contraria a Constituição. O princípio da dignidade humana e está em desacordo com convenções internacionais.

Lei das PMs



Foram vetados 28 trechos da Lei Orgânica das Polícias Militares por gerar encargos financeiros à União e aos estados sem previsão orçamentária, como pensão para o cônjuge do dependente quando o militar for preso.

Ações de moradia



Aprovação de reserva de no mínimo 30% de recursos para programas de moradia como Minha Casa, Minha Vida, para cidades com até 50 mil habitantes favorecido. Parlamentares têm interesse em mudar para ser anel eleitoral.

Uso de agrotóxicos



Lula descartou a lei de uso de agrotóxicos e o trecho que centraliza no Ministério da Agricultura a coordenação de realidades de riscos e alterações nos produtos já registrados e exclui a Anvisa e o Ibama da ação.

Emendas e calendário



O presidente vetou R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão não obrigatórias e barrou o dispositivo que torna obrigatório o empenho das emendas parlamentares obrigatórias até o dia 30 de junho.

Lei Geral do Esporte



Há vetos como o que barrou a criação da Autoridade Nacional para Prevenção e Combate à Violência e à Discriminação no Esporte. O veto foi decidido pela Casa Civil, alegando questões jurídicas.

Taxação das 'bets'



O trecho prevendo que prêmios de até R\$ 2,112 ficariam livres de tributação foi barrado pelo Planalto. O veto foi recomendado pelo Ministério da Fazenda sob alegação de "isonomia tributária".

Vítimas de Barragens



A lei que institui a política nacional de direitos das populações atingidas por barragens foi sancionada por Lula com vetos aos trechos que garantiam a aplicação das regras a casos já ocorridos.

Com aliado no TST, Pacheco atua para esvaziar PEC do Quinquênio

Senador, que emplacou um mineiro no tribunal, mudou atuação sobre projeto

RAFAEL MORAES MOURA
O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) prometeu ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) agir para desistat a PEC do Quinquênio, que prevê aumento de 5% nos vencimentos de juízes e promotores a cada cinco anos — que pode causar um rombo de até R\$ 81,6 bilhões nas contas públicas entre 2024 e 2026.

Segundo o blog da jornalista Malu Gaspar, do GLOBO, o movimento ocorre após o senador emplacar um aliado na vaga de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O projeto, que originalmente se limitava a magistrados e integrantes do Minis-

terio Público, acabou ampliado para outras categorias, como defensores públicos e delegados da Polícia Federal. O presidente do Senado viu na defesa da PEC uma oportunidade de discutir uma discussão com o governo sobre a inclusão dessas outras categorias, mas nos últimos dias passou a atuar para o original, o que poderia diminuir o impacto.

Na terça-feira, Lula indicou um aliado de Pacheco, o ex-presidente da seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Antonio Fabrício de Mattos Gonçalves, para uma vaga reservada a representante da advocacia no TST. A indicação foi discutida pessoalmente entre os dois, segundo relatos obtidos

pela equipe da coluna.

Gonçalves é o quarto aliado de Pacheco nomeado para cargos no Judiciário desde o início do governo Lula. Gonçalves também contou com o apoio do grupo de advogados Prerrogativas. O TST é formado por 27 ministros que têm a missão de zelar pelo cumprimento da justiça trabalhista e analisar disputas judiciais entre empresas e funcionários.

OUTRAS INDICAÇÕES

Concorrendo com Gonçalves estava o advogado Adriano Costa Avelino, apoiado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em março de 2016, no auge da Operação Lava-Jato, Avelino disse que a então presi-



Impacto. Rodrigo Pacheco: retirada de categorias de PEC reduz rombo

R\$ 81,6

milhões em dois anos é o impacto estimado da PEC do Quinquênio, caso seja aprovada sem a retirada de categorias

dente Dilma Rousseff. Lula e seus apoiadores deveriam ter a "guilhotina" como punição.

Em setembro passado, Pacheco também conseguiu emplacar no Superior Tribunal de Justiça o desembargador Afrânio Vilela, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, numa indicação que teve

o apoio ainda do ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Pacheco também endossou a indicação de Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República (PGR). O presidente do Senado ainda reforçou o apoio à candidatura da advogada Edilene Lobo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na vaga de ministra substituta — mas a indicação dela foi interpretada como mais uma vitória do Perrengrat.

Ainda no governo Bolsonaro, Pacheco já havia trabalhado por aliados em postos-chave, como o ex-senador Antonio Anastasia no Tribunal de Contas da União (TCU). Também ajudou a tirar o papel do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), sediado em Belo Horizonte (MG), inaugurado em agosto de 2022. O tribunal era uma antiga reivindicação dos magistrados mineiros, uma vez que os processos federais antes tramitavam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília.